



Workshop
A PROPÓSITO DE CEUTA
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Sala 5.2
11-12 de Fevereiro de 2016

PROGRAMA

DIA 11

9.45 - Abertura

1ª SESSÃO

Chair: José Damião Rodrigues

10.00 - 11.30

Hermenegildo Fernandes - Os Ocidentes extremos. Continuidades e interdependências no golfo hispano magrebino

Elsa Fernandes Cardoso - Ceuta, chave da outra margem: a legitimidade e a diplomacia de Abd-al Rahman III no programa de expansão do Magrebe

Inês Lourinho - Deserto do Sara conquista Mediterrâneo

12.00 - 13.00

Ana Miranda - Os califas que vêm de Ceuta: cultura e legitimação política dos Banu Hammud no al-Andalus do séc. XI

Nuno Simão Ferreira - A missão militar chefiada pelo Brigadeiro Vasco de Carvalho a Ceuta, no ano de 1942.

2ª SESSÃO

Chair: Vítor Luís Gaspar Rodrigues

14.30 - 16.00

Gonçalo Matos Ramos e André Oliveira-Leitão - D'aquém e d'além mar em África. Ceuta no complexo histórico-geográfico mediterrânico

Manuela Santos Silva - A família Lancaster-Avis nas vésperas da partida para Ceuta

Margarida Garcêz - Justificação e a eficácia da tomada de Ceuta na cronística de Zurara

16.30 -18.00

Ana Maria S. A. Rodrigues - A propósito da conquista de Ceuta: guerra e género na Idade Média

Inês Meira Araújo - A iconografia na construção da memória histórica das conquistas do Algarve d'além

Gonçalo Matos Ramos - Relações luso-turcas no século XV

DIA 12

3ª SESSÃO

Chair: Ana Maria Rodrigues

10.00 - 11.30

Filipa Roldão - A organização política e administrativa de uma cidade conquistada: Ceuta nos séculos XV e XVI

Armando Norte - *Ab Urbe Septa'*. Alusões a Ceuta na oração de obediência de D. João II de Portugal a Inocência VIII por Vasco Fernandes de Lucena, letrado em ambos os direitos.

Vítor Luís Gaspar Rodrigues - As armas da primeira fase do processo expansionista português em Marrocos (1415-1458)

12.00 - 13.00

António Martins Costa - A renovação dos estudos de história militar portuguesa do século XV

Francisco Contente Domingues – Ceuta: o princípio do Império?

4ª SESSÃO

Chair: José da Silva Horta

14.30 - 16.00

Jorge Semedo de Matos - Ceuta e o Estreito: vantagens tácticas e estratégia naval, no século XV

Luís Costa e Sousa - A experiência da guerra europeia no norte de África português (1508-12 e 1574-78)

Maria Leonor García da Cruz - Ceuta na economia da dinâmica ideológico-institucional de Portugal. Para uma reflexão historiográfica.

16.30 - 17.30

Ana Paula Avelar - Ceuta como tópico narrativo no discurso historiográfico da expansão portuguesa

Rui Costa Pinto - Ceuta: da Primeira República ao Estado Novo. Aspectos iconográficos e historiográficos

17.30 - Encerramento

António Dias Farinha - Ceuta e o Ultramar Português

Organização: Centro de História da Universidade de Lisboa
- Grupo Building and Connecting Empires
Coordenação: Francisco Contente Domingues

RESUMOS

A PROPÓSITO DA CONQUISTA DE CEUTA: GUERRA E GÉNERO NA IDADE MÉDIA

Durante séculos, a guerra foi estudada como um fenómeno quase exclusivamente masculino e as referências feitas a mulheres, nesse âmbito, eram da ordem do mito (as Amazonas) ou do arquétipo (a donzela guerreira, as mulheres cercadas). Desde o surgimento da História das Mulheres, porém, tem-se buscado e encontrado mulheres em praticamente todos os campos da atividade guerreira medieval, do apoio moral dado aos feitos individuais e às expedições coletivas dos homens, passando pelo seu envolvimento direto em episódios bélicos, o tratamento dos feridos, o sepultamento dos mortos, o resgate dos cativos, até à organização da resistência a cercos na ausência dos homens e à intermediação de negociações de paz. De tudo isto se têm também descoberto vestígios entre nós nos tempos mais recentes: sabemos que a aprovação de D. Filipa de Lencastre foi decisiva para a concretização da aventura de Ceuta, que esposas de capitães chegaram a chefiar a defesa das praças magrebina na falta dos maridos, que houve mulheres portuguesas feitas cativas e outras a combaterem vestidas de homens na Índia... Pretendemos, em consequência, fazer na nossa comunicação um breve estado desta questão no que diz respeito a Portugal mas também, e sobretudo, lançar pistas para a compreensão do papel que a guerra desempenhava no sistema de género medieval.

Ana Maria S. A. Rodrigues

Licenciada e Mestre em História Medieval pela Sorbonne, doutorou-se e fez a Agregação na Universidade do Minho, onde leccionou durante duas décadas. É Professora Associada com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Directora do Curso de História. Integra o respectivo Centro de História, sendo também associada do CEHR da Universidade Católica Portuguesa e do IRCVM da Universidade de Barcelona. Tem-se dedicado, ultimamente, ao estudo de temas do âmbito da História das Mulheres e do Género, tendo publicado, entre outros: “La reine, la cour, la ville au Portugal médiéval”, in L. Courbon & D. Menjot (ed.), *La cour et la ville dans l’Europe du Moyen Âge et des Temps Modernes*, Turnhout, Brepols, 2014, pp. 77-90; “Spirituality and Religious Sponsorship in the 15th-century Portuguese Crown: Kings, Queens and Infantes”, in B. Gari (ed.), *Women’s Networks of Spiritual Promotion in the Peninsular Kingdoms (13th-16th Centuries)*, Barcelona/Roma, IRCVM/Viella, 2013, pp. 205-220; “La Identidad de Género en la Edad Media, una cuestión polémica”, in Flocel Sabaté (ed.), *Identitats*, Lleida, Pagés, 2012, pp. 43-57; “The treasures and foundations of Isabel, Beatriz, Elisenda, and Leonor. The art patronage of four queens of Portugal and Aragon in the 14th century”, in Th. Martin (ed.), *Reassessing the Roles of Women as “Makers” of Medieval Art and Architecture*, Leiden, Brill, 2012, vol. 2, pp. 903-935; “Women’s and Gender History”, in J. Mattoso (dir.), *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950--2010)*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012 (em colaboração com Manuela Santos Silva). É uma das coordenadoras da colecção de Biografias das Rainhas de Portugal editada pelo Círculo de Leitores, sendo autora do volume *As Tristes Rainhas: Leonor de Aragão. Isabel de Coimbra*, Lisboa, 2012 (2^a ed., Lisboa, Temas e Debates, 2013).

OS CALIFAS QUE VÊM DE CEUTA – CULTURA E LEGITIMAÇÃO POLÍTICA DOS BANU HAMMUD NO AL-ANDALUS DO SÉCULO XI

Em 1016, num contexto de desagregação do califado andalus, ‘Ali b. Hammud, governador de Ceuta, assume-se califa em Córdova, inaugurando uma dinastia que, até meados do século XI, protagoniza um período de intensos contactos entre as duas margens do Estreito, cuja estratégia de legitimação política passa pela promoção da cultura letrada. Instalados no Magrebe desde o século VIII, os Hamúdidass assumem-se descendentes do genro do Profeta, o que alicerça as suas pretensões ao título califal. Em Algeciras e Málaga, onde se estabelecem, adoptam um cerimonial de corte inspirado no modelo oriental e acolhem poetas e mestres nas ciências corânicas e profanas. Ibn Muqana refere-se ao soberano malaguenho como “emir dos crentes” e autores como Ibn Ma’al-Sama produzem obras de ressonância xiita, exemplos da função dos letrados no programa de afirmação política dos Banu Hammud no al-Andalus.

Ana Miranda

Mestre em História do Mediterrâneo Islâmico e Medieval, é investigadora associada do Centro de História da Universidade de Lisboa e doutoranda bolsista do Centro de Arqueologia da mesma instituição, a preparar a tese em História Medieval com o tema “Redes de circulação no século XI numa periferia do mundo islâmico: o Gharb al-Andalus entre o Mediterrâneo e o Atlântico” (Ref. FCT: SFRH/BD/88228/2012), orientada pelo Professor Doutor Hermenegildo Fernandes.

CEUTA COMO TÓPICO NARRATIVO NO DISCURSO HISTORIOGRÁFICO DA EXPANSÃO PORTUGUESA

Ao longo da minha apresentação analiso a forma como Ceuta se consubstanciou como tópico narrativo no discurso historiográfico da expansão portuguesa, a partir do seu cronista Gomes Eanes de Zurara. Através da desocultação dos conceitos de História e de Memória, e da sua manipulação pelos seus cronistas, abordarei o modo como o discurso historiográfico foi construído e difundido logo nos séculos XV e XVI.

Partindo da noção de “arqueologia discursiva”, enquanto fenomenologia historiográfica, considerarei as interacções históricas desenvolvidas a uma escala global que se iniciariam sequencialmente após a tomada de Ceuta. As modalidades do discurso narrativo português sobre esta “Chave do Mediterrâneo”, e a cristalização metafórica de Ceuta como o primeiro momento de *construção de um império*, serão descodificadas, revelando o modo como Gomes Eanes de Zurara corporiza a vertente pedagógico-didáctica legitimadora da formação do príncipe e a legitimação de um Rei, expondo a sua “Casa” e o seu “domínio imperial” .

Ana Paula Avelar

Professora Associada com Agregação na Universidade Aberta e investigadora integrada no CHAM, coordenando a linha *Renascimento na Europa – Os Velhos e Novos Mundos*. É autora de vários ensaios e livros na área dos Estudos Asiáticos, da História da Expansão, e da Cultura Portuguesa, entre os quais se destacam *Fernão Lopes de Castanheda, cronista do governador Nuno da Cunha?* (Cosmos, 1999), *Visões do Oriente - formas de sentir do Portugal do século XVI* (Colibri, 2002), *Figurações da Alteridade na cronística da Expansão* (Universidade Aberta, 2003), *D. João III- O Piedoso* (Academia Portuguesa de História, 2009) *D. Luísa de Gusmão- A rainha mãe* (Academia Portuguesa da História, 2011). Lecciona em cursos de graduação e de pós-graduação, tendo orientado várias teses de Doutoramento e dissertações de Mestrado. É académica de número da Academia Portuguesa da História, da Academia de Marinha e membro da Sociedade de Geografia de Lisboa, preparando a edição crítica da obra completa de Fernão Lopes de Castanheda.

«D'AQUÉM E D'ALÉM-MAR EM ÁFRICA». CEUTA NO COMPLEXO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO MEDITERRÂNICO

Esta comunicação pretende inscrever a conquista de Ceuta (1415) no complexo histórico-geográfico mediterrânico, em lugar de a conceber como o momento fundacional da expansão atlântica. Nesse sentido, considerando os dois lados do Estreito, concebermos esta acção militar como mais um dos multisseculares afrontamentos entre cristãos e muçulmanos no contexto da história andaluza, ligando-se mais proximamente a 1248 (Sevilha) e a 1340 (Salado). Para tal, revisitaremos fontes cronísticas que se espraiam pela *longue durée*, tanto do lado muçulmano (Al-Rāzī, Ibn Ḥawqal, Ibn al-Qūṭiyya, al-Muqaddasī, al-Idrīsī, al-Ḥimyarī), como do lado cristão (*Primera Crónica General*, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, *Crónica de Portugal de 1419*, Gomes Eanes de Zurara, Ruy de Pina, António de Saldanha, António Brandão). O fim da comunicação será o de tentar perceber a existência (ou não) de traços de indissociabilidade espacial entre o d'aquém e d'além-mar em África e os reflexos da mesma nos condicionalismos da conquista.

André de Oliveira Leitão

(Lisboa, 1985) é licenciado em História (FL-ULisboa, 2007) e mestre em História Medieval (FL-ULisboa, 2011), com a tese *O povoamento no Baixo Vale do Tejo: entre a territorialização e a militarização (meados do século IX – início do século XIV)*. Bolseiro de doutoramento da FCT no âmbito do PIUDHist, com o projecto *Escolares portuguesas na Christianitas (séculos XII-XV): circulação, redes e percursos*, orientado por Hermenegildo Fernandes e Hermínia Vasconcelos Vilar. Os seus interesses de investigação centram-se na ocupação medieval do espaço, história do Ândalus, história de Lisboa e, correntemente, na história do ensino e das universidades.

Gonçalo Matos Ramos

(Lisboa, 1991) é licenciado em História (2012), mestre em História do Mediterrâneo Islâmico e Medieval (2014), bolseiro de doutoramento FCT/PIUDHist (PD/BD/113905/2015), investigador associado do CH-ULisboa (UID/HIS/04311/2013), no Grupo de I&D *Cultural Encounters and Intersecting Societies*.

A RENOVAÇÃO DOS ESTUDOS DE HISTÓRIA MILITAR PORTUGUESA DO SÉCULO XV

Marco de transição entre o processo de consolidação da independência e a expansão ultramarina, a conquista portuguesa de Ceuta de 1415 constitui um acontecimento histórico que, no quadro comemorativo que atravessamos, beneficia de uma alargada revisitação historiográfica. À distância de 600 anos, não faltarão novas abordagens, com diferentes questões e metodologias, que se debruçarão sobre a tomada da cidade do Estreito, decerto reinterpretando os temas desde as motivações até à operação militar, passando pelo jogo da artilosa diplomacia joanina.

Sem escamotear os factos, a efeméride de Ceuta (1415) convida-nos, pois, a uma observação que nos situe no processo de renovação dos estudos de história militar portuguesa de que o século XV, em particular, tem sido objecto. Passado o período de distanciamento da investigação científica do fenómeno bélico, que os *Annales* (1930) associaram durante anos à velha história *événementielle*, a historiografia vem reabilitando esta área de estudo nas últimas décadas, com a centúria de Quatrocentos a colher uma atenção muito especial. Em Portugal, esse período vem beneficiando de uma renovação historiográfica desde os finais de 1980 que, vencendo a baliza convencional entre os períodos medievo e moderno, se traduz numa multiplicidade de trabalhos em que a história militar não mais foi uma mera “história das batalhas”, produzindo-se a análise do fenómeno bélico com cada vez maior articulação com os seus contextos políticos, económicos, sociais, culturais e técnicos.

António Martins Costa

Licenciado em História e mestre em História Medieval pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, na qual apresentou a dissertação *A Batalha de Toro e as relações entre Portugal e Castela: dimensões políticas e militares na segunda metade do século XV*. Além de investigador associado do Centro de História (FLUL) e membro colaborador do Centro de História da Sociedade e da Cultura (FLUC), é doutorando na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde se propõe estudar a organização e a prática da guerra em Portugal entre a segunda metade de Quatrocentos e o primeiro quartel do século XVI.

AB URBE SEPTA. ALUSÕES A CEUTA NA ORAÇÃO DE OBEDIÊNCIA DE D. JOÃO II DE PORTUGAL A INOCÊNCIO VIII, POR VASCO FERNANDES DE LUCENA, LETRADO EM AMBOS OS DIREITOS.

As orações de obediência apresentadas pelos reis portugueses aos sumos pontífices recém-eleitos, publicadas e recolhidas por Martim de Albuquerque, são documentos de indiscutível interesse histórico, autorizando múltiplas e sugestivas leituras. A um nível mais imediato, na sua praxe e solenidade, exprimem um discurso oficial, que é, no entanto, simultaneamente da ordem do ideológico, do político, do religioso e do literário: proferidas em Roma, diante dos papas a quem se destinam, denunciam um entendimento hierárquico das esferas temporal e espiritual; nos seus enunciados, revelam-se como argumentações jurídicas laboriosamente estudadas, que sustentam legitimidades diversas, por vezes fundadas na *auctoritate* da Antiguidade, outras nos méritos e façanhas da sua linhagem de heróis; sendo construções retóricas, fazem sobressair a mestria dos seus autores e a verve oratória dos dignitários escolhidos para as proferirem; literariamente aproximam-se, graças ao tom eloquente empregue, de uma épica vigorosa; são ainda apologéticas, quase sempre exageradas, frequentemente auto-adulatórias; e apontam sempre à mitificação do reino e à afirmação do seu desígnio histórico. Tudo se passa desse modo na oração de obediência proferida por Vasco Fernandes de Lucena, letrado do reino, orador ilustríssimo do "ilustríssimo rei de Portugal", D. João II.

Nessa oração, apresentada ao papa Inocência VIII, é significativo que a cidade de Ceuta seja evocada de forma recorrente. A procura do valor real, mas sobretudo simbólico, da tomada da praça marroquina, no contexto da definição do papel do rei e do reino, ao nível da Cristandade, será a questão central desta comunicação. Não irrelevante, neste contexto, será a caracterização do homem que recebeu a incumbência régia: Vasco Fernandes de Lucena - jurista em ambos os direitos.

Armando Norte

Doutorado em História, na especialidade de História Medieval, com tese dedicada ao tema dos *Letrados e Cultura Letrada em Portugal (séculos XII-XIII)*, distinguida com o Prémio A. de Almeida Fernandes em História Medieval, em 2013. É investigador integrado do Centro de História da Universidade de Lisboa. Tem vários artigos em revistas especializadas, nacionais e internacionais, além de livros e capítulos de livros publicados. Os seus principais tópicos de pesquisa respeitam a letrados, bibliotecas medievais, história das universidades e estudos régios.

CEUTA, “CHAVE DA OUTRA MARGEM”: A LEGITIMIDADE E DIPLOMACIA DE ‘ABD AR-RAHMAN III NO PROGRAMA DE EXPANSÃO NO MAGREBE

Esta proposta pretende explorar a noção de Ceuta como chave do estreito, através da diplomacia de ‘Abd al-Rahman III, que compreendeu o valor da cidade para a entrada no Magrebe, enquanto extensão do al-Andalus, cujo controlo era vital para a preservação da sua soberania peninsular.

Em 931, uma frota omíada ocupa Ceuta sem oposição. Após a declaração do califado do al-Andalus (929), o califa imiscui-se na política norte-africana, onde o califado fatimida submetia as dinastias locais. Aproveitando conjunturas adversas para os fatimidas, o califa atrai à órbita andaluza poderes do Magrebe ocidental, recorrendo à diplomacia. É exemplar a narrativa de Ibn Hayyan sobre o envio da embaixada ao zanata Muhammad b. Khazar, na qual o cronista desenha o plano de legitimidade do califa, invocando laços de clientela entre os seus antepassados de Damasco (séc. VIII) e as tribos magrebina. O califa assegura ainda laços diplomáticos com os bizantinos, unindo-os interesses mútuos no Mediterrâneo contra um inimigo comum. Ibn Hayyan descreve Ceuta como “a chave da outra margem,” a partir da qual o califa assegura dependências costeiras, instrumentais no bloqueio dos fatimidas.

Elsa Cardoso

Investigadora associada do Centro de História da Universidade de Lisboa. Desde Outubro de 2015 é bolsista de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia com a tese *The politics of ceremonial in Umayyad al-Andalus: institutionalization, innovation and oriental influence in a comparative perspective (10th-11th centuries)*, sob orientação dos Professores Hermenegildo Fernandes (CH-UL) e Hugh Kennedy (School of Oriental and African Studies of London).

A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DE UMA CIDADE CONQUISTADA: CEUTA NO SÉCULO XVI

Percepcionada ora como um último fôlego da Reconquista cristã, ora como um dos primeiros passos para a expansão ultramarina portuguesa, a conquista da cidade de Ceuta em 1415 e a ulterior manutenção da sua posse acarretou para o reino português um esforço militar e sócio-económico, mas também político. Neste sentido, compreende-se que tenham sido adoptadas, em Ceuta, estruturas institucionais e administrativas já experimentadas nos reinos peninsulares – como a câmara e ofícios de provimento régio em áreas como a fiscalidade, entre outras –, e que, inevitavelmente, essas mesmas estruturas se tenham adaptado às conjunturas específicas desse espaço. A partir do relato da visita de um juiz dos feitos da fazenda e da Coroa a Ceuta, na década de oitenta do século XVI, procuraremos traçar o quadro institucional que a cidade apresentava assim como a relação que estabelecia com o poder central ibérico.

Filipa Roldão

Licenciada em História (2003) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e mestre em Paleografia e Diplomática (2007), pela mesma instituição, com a dissertação *Escrita e Poderes Urbanos nos concelhos de Coimbra, Santarém e Lisboa (1179-1325)*. Obteve o seu doutoramento em História, especialidade em História Medieval, pela Universidade de Lisboa, em 2011, com a tese *A memória da cidade. Administração urbana e práticas de escrita em Évora (1415-1536)*. Desde 2012, desenvolve um projecto de pós-doutoramento, sob o tema *Cidades do Reino, Cidades da Ásia: modelos e práticas de administração municipal (séculos XVI-XVII). De Évora a Cochim e Macau*, sob patrocínio da FCT. Na sua investigação, têm-se dedicado ao estudo da história institucional e da cultura escrita das cidades medievais portuguesas e, mais recentemente, também das cidades ultramarinas, debruçando-se sobre práticas de comunicação escrita e conservação da memória. É membro integrado do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra e do Centro de História da Universidade de Lisboa.

OTTOMANS' POLICY IN MOROCCO IN THE 15TH CENTURY: AN OVERVIEW OF THE PORTUGUESE SOURCES

Este artículo tiene la intención de promover un debate en la historiografía portuguesa de la expansión acerca de la determinación de la influencia de la política mediterránea de los otomanos en la intervención portuguesa en el Magreb, más concretamente en Marruecos. Este tema también se inserta en la unidad central metodológica de nuestro proyecto de doctorado que pretende dilucidar los mecanismos de control de la frontera marroquí desde 1415 hasta 1578. Porque este será nuestro primer intento de un estudio general, los *corpora* de fuentes estarán restringidos a unos pocos publicados, como la documentación recogida por Pedro de Azevedo (Azevedo, 1915), así como la recogida por António Dias Farinha en su tesis doctoral (Farinha, 1990) y por Paula Limão en su tesis de maestría (Limão, 1994), siendo este último la única autora que ha hecho alguna investigación en esta área, en Portugal, a la presente fecha. Con efecto, nos centraremos principalmente en ciertos momentos-clave, como i) las viajes del Infante D. Pedro y sus enfrentamientos en varias batallas con los turcos; ii) la gran cantidad de *cartas de perdão* aprobadas por Alfonso V al ensamblar una flota dirigida a los otomanos, que fue desviada en última instancia para la conquista de Alcácer-Ceguer y Arzila, entre otros episodios.

Gonçalo Matos Ramos

(Lisboa, 1991) é licenciado em História (2012), mestre em História do Mediterrâneo Islâmico e Medieval (2014), bolseiro de doutoramento FCT/PIUDHist (PD/BD/113905/2015), investigador associado do CH-ULisboa (UID/HIS/04311/2013), no Grupo de I&D *Cultural Encounters and Intersecting Societies*.

DESERTO DO SARA CONQUISTA MEDITERRÂNEO

Após traçar uma linha de conquistas a ligar Salé a Argel e isolar os rivais bargauatas num território que genericamente correspondia à província romana da Mauritânia Tingitana, Yusuf b. Tashfin, emir dos almorávidas, deu o golpe final em 1083. Pressionou al-Mutamid e este cedeu-lhe os navios para bloquear Tânger e Ceuta.

O rei de Sevilha terá compreendido o significado destas conquistas. Três décadas de guerra pelo controlo do ouro que fluía das bacias dos rios Senegal e Níger conduziam as tribos do deserto ao mar e tudo levava a crer que Yusuf não pretendia ficar por aqui.

A pressão de Afonso VI sobre as taifas depressa precipitaria a travessia do emir. Ao pisar o al-Andalus, em 1086, já uma força almorávida tinha tomado Algeciras ao “aliado” al-Mutamid e ficava completo o puzzle de duas peças do Estreito de Gibraltar. Zallaqa estava à espreita. Com problemas de legitimação no Magrebe, a vitória sobre os cristãos converteu-se no combustível que alimentou a propaganda de Yusuf nas duas margens do Mediterrâneo.

Inês Lourinho

Jornalista com carteira de imprensa desde 1992, trabalha sobretudo em assuntos relacionados com a defesa do consumidor. Completou a licenciatura em Ciências da Comunicação em 1998, na Universidade Nova de Lisboa. Em 2007, inscreveu-se no mestrado em História Medieval da Universidade de Lisboa, que concluiu em 2010, com uma tese intitulada “1147: uma conjuntura vista a partir das fontes muçulmanas”, sob a orientação do Prof. Hermenegildo Fernandes. Atualmente, é investigadora associada do Centro de História da Universidade de Lisboa e encontra-se a desenvolver a dissertação de doutoramento sob o título “Fronteira do Gharb al-Andalus: terreno de confronto entre cristãos e muçulmanos (1093 – 1147)”, com o mesmo orientador. Al-Andalus, interação entre cristãos e muçulmanos, culturas de fronteira, moçárabes, história militar e armadas medievais encontram-se entre os seus temas de investigação. Desde 2010, tem divulgado o seu trabalho em colóquios, tanto em Portugal como em Espanha, parte dele objeto de publicação. É mencionada na obra *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950 – 2010)*, dirigida pelo Prof. José Mattoso e publicada em 2011 pelo Instituto de Estudos Medievais (Universidade Nova de Lisboa), devido aos seus trabalhos nas áreas de estudos islâmicos e relacionados com o moçarabismo.

A ICONOGRAFIA NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA DAS CONQUISTAS DO ALGARVE D'ALÉM

As representações iconográficas de batalhas, de autoria e encomenda portuguesa, são raras, atendendo ao crescente domínio militar do reino português e suas valências propagandísticas e legitimadoras. Também seria expectável que o gosto europeu, progressivamente focado na estética militar, ditasse uma influência artística no gosto português. É plausível que muitas tenham sido destruídas, ou que houvesse preferência por esquemas compositivos de cariz votivo ou obras arquitectónicas de grande fôlego, remetendo-se os feitos militares à produção escrita.

A diversidade de modelos bélicos sobreviventes refere-se sobretudo a conflitos entre cristãos e muçulmanos, nomeadamente a contendas entre portugueses e magrebinos, casos das *Tapeçarias de Pastrana*, do baixo-relevo do Palácio de Sintra ou dos murais do Palácio dos Condes de Basto.

Pretende-se questionar estas imagens, muitas das quais de batalhas travadas em localização desconhecida. Ambiciona-se compreender a predilecção por certas cidades marroquinas – Arzila, Tânger –, em detrimento de outras, de igual ou maior importância, como Ceuta; importa ainda sublinhar os modelos imagéticos de representação do guerreiro português e muçulmano, como da cidade fortificada magrebina, questionar as tentativas de fidelidade histórica e efectuar uma aproximação aos arquétipos canónicos de representação.

Inês Meira Araújo

Licenciada em História da Arte (2009) e mestre em Arte, Património e Teoria do Restauro (2013) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Actualmente é doutoranda do Programa Interuniversitário de Doutoramento em História (PIUDHist) com o apoio de uma bolsa FCT (SFRH/BD/52285/2013). É investigadora do Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-ULisboa) no grupo de investigação História Militar (desde 2009).

CEUTA E O ESTREITO: VANTAGENS TÁCTICAS E ESTRATÉGIA NAVAL, NO SÉCULO XV

No tempo dos navios à vela, com condições precárias de deslocamento, que obrigavam a definir rotas muito restritas, aproveitando as condições climáticas e as circunstâncias meteorológicas do momento, o domínio de certos locais de passagem obrigatória podia assumir um valor estratégico extraordinário, no controlo da navegação. Assim aconteceu com Ceuta, em 1415, trazendo benefícios a Portugal, que foram muito para além de quaisquer mercadorias que pudessem ser adquiridas no Norte de África. Este trabalho procura analisar as condições tácticas de intervenção sobre o movimento marítimo, a partir de Ceuta, para que se possa perceber a sua importância estratégica. Na posse dos portugueses ela foi um instrumento da vocação desenvolvida desde os tempos de D. Diniz, que se define muito bem na expressão “Portugal entre dois mares”; ou Portugal no controlo do tráfico marítimo entre o Mediterrâneo e o Norte da Europa. Percebe-se também a dimensão que teve a aliança inglesa, entendendo a complementaridade das posições dos dois países, na mesma rota.

Jorge Semedo de Matos

Oficial de Marinha, da classe de fuzileiros, com o posto de Capitão-de-fragata, é professor efectivo da Escola Naval, desde 1996.

Licenciado em História, Mestre em História dos Descobrimentos Portugueses pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e doutorando em História na mesma Universidade, tendo entregue a tese *Roteiros e rotas portuguesas do Oriente, nos séculos XVI e XVII*.

É membro do Conselho Científico da Comissão Portuguesa de História Militar, da Comissão Internacional de História da Náutica (foi Secretário Geral entre 2000 e 2006), e de diversas instituições relacionadas com o estudo e investigação no âmbito da História Marítima, História da Náutica, História Militar e História da Ciência. Destaca, sobretudo, a sua participação na Comissão Científica para a publicação das Obras Completas de Pedro Nunes, constituída sob coordenação da Academia das Ciências de Lisboa.

Na Escola Naval é director-adjunto e docente do mestrado em História Marítima e coordenador da linha de investigação de História do Centro de Investigação Naval (CINAV). Enquanto historiador especializado tem participado e numerosos fóruns científicos, nacionais e internacionais, relacionados com os temas centrais dos seus estudos, tendo publicado algumas dezenas de trabalhos em publicações científicas da área da História.

É membro emérito da Academia de Marinha

A EXPERIÊNCIA DA GUERRA EUROPEIA NO NORTE DE ÁFRICA PORTUGUÊS (1508-12 E 1574-78)

A compreensão de que o conflito armado teve um papel importante na formação da Europa do século XVI é inquestionável, mas ainda existe alguma relutância aceitar os detalhes militares duros como parte integrante da análise. As abordagens multidisciplinares são cruciais para entendermos o âmbito real da guerra na Renascença, como algo transversal a toda a sociedade, mas frequentemente colocam a própria guerra como um mero pano de fundo. Este é um facto particularmente notório quando se trata da análise militar na época da expansão, em especial nas suas fases mais críticas. Afinal, que guerra os portugueses praticaram nesta época? A contração territorial que teve lugar durante o reinado de D. João III e a esmagadora derrota de Alcácer Quibir parecem demonstrar uma decadência geral. Como os centros de poder se apropriam, regra geral, dos instrumentos relacionados com a prática da guerra, a suposta ignorância e inexperiência de D. Sebastião e da sua *entourage* têm sido apontados como os principais motivos do desastre, afastando assim Portugal do debate sobre a Revolução Militar.

O Norte de África consistiu no espaço de confronto militar mais próximo de Portugal, tanto física como historicamente, e por essa razão trata-se do teatro operacional que melhor reflete as políticas emanadas pelo centro da decisão. Durante o século XVI tiveram lugar neste espaço geográfico dois movimentos claramente expansionistas, o primeiro no período entre 1508-1514, o segundo durante o reinado de D. Sebastião. Esta política teria necessariamente que ser apoiada pelo aparelho militar. De facto ambos os monarcas procederam a profundas reformas militares, em especial durante a época sebástica. Apesar do enorme esforço, as reformas não tiveram o sucesso pretendido. Explicar as causas do fracasso será sempre difícil e controverso, mas certamente que o tema da Revolução Militar constitui uma parte essencial do debate.

Luís Costa e Sousa

Investigador associado ao centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Investigador associado ao IESM (Instituto de Estudos Superiores Militares).

Desenvolveu trabalho em Arquitectura Hospitalar entre 1989-2013

Concluiu o mestrado em 2006, no Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Concluiu o doutoramento em 2013, no Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

A investigação incide sobre a relação entre guerra e as Artes, explorando múltiplos suportes iconográficos, bem como os tratados militares do século XVI – início do século XVII

Actualmente desenvolve o projecto de pós-doutoramento com o levantamento exaustivo da iconografia militar portuguesa em múltiplos suportes entre 1521-1621.

A FAMÍLIA LANCASTER-AVIS NAS VÉSPERAS DA PARTIDA PARA CEUTA

Pela parte do rei de Portugal, João I, é provável que a decisão de conquistar a cidade muçulmana de Ceuta se encontrasse tomada desde a altura em se tinha estabelecido a paz entre Castela, no ano de 1411. Os reis de Portugal encontravam-se já casados há 24 anos. Seis dos seus filhos tinham sobrevivido à infância: Duarte tinha então 20 anos, Pedro 19, Henrique 17, Isabel 14, João 11 e Fernando 9. Zurara pretendia continuar as duas partes da *Crónica de Dom João I* elaboradas por Fernão Lopes e aproveitara muita da investigação que o seu antecessor empreendera. Porém – sem o esconder – escreveu um relato dos acontecimentos tal como lhe tinham sido revelados pelo infante D. Henrique de quem era muito próximo e a quem procurava agradar (Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, ed. Carlos Miranda, Lisboa, Editorial Escol, pp.17-18; pp.18-19e p.92, por exemplo). O estilo de Zurara difere bastante do de Fernão Lopes. Narra episódios da vida familiar ou em que são intervenientes os membros da família real, reproduz diálogos, descreve ambientes. Além disso, a sua crónica pode ser complementada com algumas outras informações parcelares sobre comportamentos no seio da família real como, por exemplo, a carta que o futuro rei D. Duarte escreve aos seus cunhados, os chamados “Infantes de Aragão” e que se encontra incluída no seu “Caderno de Apontamentos”, publicado como *Livro da Cartuxa (Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (livro da Cartuxa))*, ed. João José Alves Dias, A. H. de Oliveira Marques e Teresa F. Rodrigues, Lisboa, Editorial Estampa, 1982, pp. 100-113). E ainda com um capítulo que Fernão Lopes inseriu na segunda parte da *Crónica de Dom João I* dedicado a explicar “Que maneira tinhã em guoardar a obediência a seu padre estes Ifamtes” (Fernão, *Crónica de D. João I*, vol.II, Lisboa, Livraria Sá da Costa, Capítulo CXLVIII, 1983).

O temo que nos propusemos tratar procura, assim, explorar o ambiente familiar da chamada “Dinastia de Avis” num período sensível marcado pelos preparativos da partida para Ceuta e pela doença e morte da rainha Filipa de Lencastre.

Manuela Santos Silva

Doutorada em História Medieval pela Universidade de Lisboa (Faculdade de Letras), Mestre em História Medieval e Licenciada em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Investigadora integrada do Centro de História da Universidade de Lisboa e colaboradora do Instituto de Estudos Medievais da FCSH-UNL. Académica-correspondente da Academia Portuguesa de História. Atualmente faz parte dos órgãos sociais da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais de que foi sócia fundadora.

Faz ainda parte do Advisory Board do Royal Studies Journal, sediado na Universidade de Winchester, e co-organizadora colóquio Kings & Queens 4, realizado em Junho de 2015 em Lisboa na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Juntamente com Ana Maria S. A. Rodrigues e Isabel dos Guimarães Sá foi coordenadora da coleção “Rainhas de Portugal” em 18 volumes, editada pelo Círculo de Leitores. Foi autora do livro *A rainha inglesa de Portugal. Filipa de Lencastre*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012 (Prémio Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão – História, Fundação Engenheiro António de Almeida /Academia Portuguesa de História; Menção honrosa Prémio A. de Almeida Fernandes – História Medieval Portuguesa).

Docente dos 1º, 2º e 3º Ciclos em História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e orientadora científica de dissertações sobre temas relacionados com a sociedade, as instituições, a história do espaço, a monarquia e a história do género no período medieval, sobre os quais também se tem debruçado na sua investigação e publicações.

JUSTIFICAÇÃO E A EFICÁCIA DA TOMADA DE CEUTA NA CRONÍSTICA DE ZURARA

A comunicação vive de duas (quase) teses que, acredito, poderão resgatar-me dos lugares comuns e das banalidades em que facilmente cai o historiador em tempos de comemorações. Assim - e lembrando ainda Paul Ricoeur (*La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli*) – procederei à desmontagem das crónicas de Zurara no âmbito que me é tão caro: o das «mentalidades políticas».

As duas teses recolhidas em Zurara, talvez, afinal, se articulem de forma a construir uma só... e não minha, enquanto historiador empenhado em construir uma narrativa em cima da de Zurara, mas sim a tese do próprio cronista, transversal ao seu método de escrita e com vista à formulação do programa político que nos oferece.

A primeira tese que vos trago incide sobre o método expositivo de Zurara, especialmente na fonte-base que é a *Crónica da Tomada de Ceuta* e nos primeiros capítulos da *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. O cronista não escamoteia as dúvidas existentes no reino (porventura no próprio D. João, no início do processo) sobre a “empresa de Ceuta”. Pelo contrário, vai registando inúmeros debates havidos nos seis anos que antecederam a conquista. A segunda tese pode-se formular desta forma: a conquista não só é lícita, mas foi levada a cabo pelos portugueses; ou seja, não por qualquer reino cristão, não por Castela (sempre presente em *sfumatto*), mas por Portugal e antes de qualquer outro. E, como ficou dito, estas duas teses fundem-se numa só: as dúvidas e as opções como que dialeticamente tomadas e narradas a favor da intervenção portuguesa articulam-se com a primazia de Portugal e dos portugueses na conquista da praça magrebina, pois, ainda que poucos, fizeram, fazem e hão-se fazer muito, porque sustentados por Deus.

Margarida Garcêz Ventura

Professora na Faculdade de Letras de Lisboa, Área de História (aposentada desde Outubro de 2015). Nesta mesma Universidade realizou Provas de Agregação (2003), Doutoramento (1993) e Licenciatura (1974).

O seu trabalho incide sobre história política, das mentalidades políticas e história da Igreja, numa cronologia entre os séculos XII e XVI. Também realizou a publicação de fontes documentais, destacando-se *A Colegiada de Santo André de Mafra (séculos XIV-XVIII)*. *Transcrição paleográfica do Fundo Documental e Estudo Introdutório*, Mafra, Câmara Municipal, 2002 (Prémio de História Calouste Gulbenkian - “História Regional e Local”). Possui inúmeros estudos publicados, quer em livro, quer em obras colectivas, de que se pode destacar *João da Silveira - Diplomata Português do século XVI*, prefácio de Jorge Borges de Macedo, Lisboa, Gabinete Português de Estudos Humanísticos, 1984 (tese de licenciatura) *Igreja e poder no século XV em Portugal. Dinastia de Avis e Liberdades Eclesiásticas (1385-1450)*, Lisboa, Edições Colibri, 1997 (tese de doutoramento) e *A Corte de D. Duarte. Política, cultura e afectos*, Vila do Conde, Verso da História, 2013 (Prémio Fundação Engº Eugénio de Almeida / Joaquim Veríssimo Serrão, 2014). Algumas das monografias encontram-se em *Estudos sobre o poder (séculos XIV-XVI)*, Lisboa, Edições Colibri, 2003 e em *Poder e mentalidades políticas (Séculos XIV a XX)*, com prefácio de Martim de Albuquerque (no prelo).

Membro do Centro de História da Universidade de Lisboa (desde 1972), integrando actualmente o Grupo I & D *História Militar*; Académica de Número da Academia Portuguesa da História e Vogal do Conselho Académico; Membro Efectivo da Classe de História Marítima da Academia da Marinha; Membro fundador da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais.

CEUTA NA ECONOMIA DA DINÂMICA IDEOLÓGICO-INSTITUCIONAL DE PORTUGAL. PARA UMA REFLEXÃO HISTORIOGRÁFICA

A fixação portuguesa no Magrebe e, em particular, a posse de Ceuta, se em determinadas conjunturas históricas desperta balanços e uma consciencialização dos rumos da Expansão portuguesa, exige com continuidade um dinamismo institucional nem sempre plenamente analisado pela historiografia.

Na orgânica administrativa do centro do poder régio e imperial, a Casa de Ceuta começa actualmente a ser motivo de uma observação mais atenta em termos de representação espacial e funcionalidades económico-políticas e sociais.

Maria Leonor García da Cruz

Professora e investigadora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Doutorada em História Moderna (1999). Lecciona e pesquisa no âmbito de História Moderna e de História da Expansão (Europa, África, América, Ásia, s. XV-XIX), orientando MA, PhD e pós-doutoramentos em campos específicos da sua especialidade: sociedades, mentalidades, espiritualidade, orgânica institucional, gestão político-financeira, representações e construções identitárias. Membro dos Grupos de investigação *Building and Connecting e Empires* e *Cultural Encounters and Intersecting Societies*, é investigadora responsável de projectos de investigação e acções de formação em Programas de Estudos Avançados *Imagética* (desde 2005) e *Fazenda* (desde 2009) do Centro de História-FLUL (UID/HIS/04311/2013). Com publicações em formato digital no Repositório da Universidade de Lisboa: <http://repositorio.ul.pt/>.

Mais informação: <https://lisboa.academia.edu/MariaLeonorGarciaCruz/CurriculumVitae>

Contactos: ml.garciacruz@gmail.com / cruzmaria@campus.ul.pt

A MISSÃO MILITAR CHEFIADA PELO BRIGADEIRO VASCO DE CARVALHO A CEUTA, NO ANO DE 1942

A Missão Militar, que produziu o “Relatório” em estudo, foi chefiada pelo brigadeiro Vasco de Carvalho ao Protectorado espanhol de Marrocos, no qual se inclui o Marrocos português. Segundo o “Relatório” da Missão Militar Portuguesa, os interesses portugueses estariam muito bem representados pelo Cônsul-General em Tânger e pelos Vice-Cônsules em Tetuão e Larache, no entanto, destaca que não existia representação consular em Ceuta, visto que o interesse histórico de Portugal nesta Cidade, talvez fosse motivo bastante para justificar a criação de um lugar de Cônsul em Ceuta.

Para o brigadeiro Vasco de Carvalho «(...) a tomada de Ceuta pouco adiantou. Era um ponto apenas isolado no Estreito, cujo domínio exigia a posse simultânea do famoso triângulo: Ceuta, Tânger e Gibraltar. O Infante D. Henrique, o grande animador da nossa empresa africana, verificou a breve trecho que Ceuta não só bastava. E, não só não bastava, como exigia um esforço contínuo e grande na sua conservação e defesa, isolada, como estava, no meio do mundo muçulmano, sem que esse esforço fosse o bastante para assegurar o domínio do Estreito»¹.

Nuno Simão Ferreira

Licenciado em História e em Estudos Europeus. Mestre em História Contemporânea. Pós-Graduado em Ética, Direito e Pensamento Político. Finalista do Doutoramento em História Contemporânea. Foi Investigador do século XVIII português na Fundação das Casas de Fronteira e Alorna e foi Professor profissionalizado de História do 3º ciclo do Ensino Básico e Secundário. É Investigador Associado do Centro de História da Universidade de Lisboa nos grupos de investigação Estudos de Corte e Diplomacia e Usos do Passado.

¹ “Discurso pronunciado em Tânger pelo chefe da Missão Militar portuguesa em presença do sr. General Uriarte, delegado de S. Ex.^a o Alto Comissário de Espanha em Marrocos”, in *Missão Militar à zona espanhola de Marrocos 20 a 30 de Janeiro de 1942*, p. 85.

AS ARMAS DA PRIMEIRA FASE DO PROCESSO EXPANSIONISTA PORTUGUÊS EM MARROCOS (1415-1458)

Elemento fundamental em qualquer atividade bélica o armamento utilizado pelos diferentes exércitos e marinhas europeias passava, por esta altura, por uma fase de grande transformação, não só em resultado de uma cada vez maior intervenção do Estado relativamente ao equipamento militar da Hoste, mas também em virtude das transformações operadas ao nível das próprias armas, em especial das pirobalísticas, que viriam a afirmar-se ao longo da centúria com todas as consequências daí decorrentes.

Por via disso procuraremos analisar não só os diferentes tipos de material bélico, ofensivo e defensivo, que armavam a hoste régia e as senhoriais, e bem assim os seus quantitativos, por contraposição aos das forças muçulmanas. Abordaremos ainda as questões directamente relacionadas com as complexas operações de logística que envolviam a sua compra no reino e no estrangeiro, o seu transporte para os principais portos de apresto das armadas, os locais de armazenamento e sua transferência para os navios, sem esquecer as condições de acondicionamento a bordo e posterior desembarque na praça. Paralelamente procuraremos perceber a importância dos diferentes tipos de armamento utilizado, em especial do pirobalístico, no desenrolar do processo de conquista e afirmação militar dos portugueses em Ceuta ao longo desses primeiros anos de permanência.

Vitor Luís Gaspar Rodrigues

Doutorado pela Universidade dos Açores, possui o grau de Agregado pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa na área de Expansão Portuguesa.

Investigador Auxiliar com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É Investigador Integrado do Centro de História da FLUL e Investigador Associado do CHAM-FCSH-UNL. Principais áreas de especialização: História Militar do Império Português (séc.s XV-XVII) e História Social do Império Oriental Português (séc.s XVI-XVII), domínios em que tem um vasto número de livros e artigos publicados.